



INFORMATIVO

T R I M E S T R A L



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS



DEPUTADO THIAGO ABRAHIM É O MAIS ECONÔMICO DA ALEAM, SEGUNDO DADOS DA CEAP

O deputado estadual Thiago Abraham (União Brasil) foi o parlamentar mais econômico da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) em 2023.

De acordo com dados da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), Abraham foi o parlamentar que menos gastou no ano passado, deixando uma sobra de R\$ 52.232,97.

“Nós, enquanto deputados estaduais, temos o papel de fiscalizar os gastos do Executivo, mas também temos que dar o bom exemplo de exercer a economicidade em nosso mandato. Continuarei com uma gestão equilibrada e com o controle de gastos”, disse Abraham.

O “cotão” é o valor que os membros do Poder Legislativo têm direito a receber mensalmente para cobrir despesas típicas do exercício parlamentar. Aluguel de carro, combustível e material de expediente foram alguns dos serviços que o deputado mais utilizou na Ceap. “O cotão deve ser utilizado com responsabilidade, seja no Congresso Nacional, seja nas Assembleias Legislativas, ou nas Câmaras Municipais. Importante termos essa consciência na utilização desses recursos”, concluiu.

O saldo mensal não utilizado em um mês acumula-se ao longo de 12 meses, vedada a acumulação de um exercício financeiro para o seguinte. A resolução legislativa que trata sobre a cota parlamentar na Aleam é a de nº 460/2009.

PL DE THIAGO ABRAHIM QUE CONCEDE MEIA-ENTRADA A DOADORES DE PULMÃO, RINS E FÍGADO SE TORNA LEI NO AMAZONAS

A Lei Ordinária nº 6.758, que prevê a inclusão de doadores de um dos rins e doadores de parte do pulmão, do fígado ou da medula óssea para meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer foi sancionada.

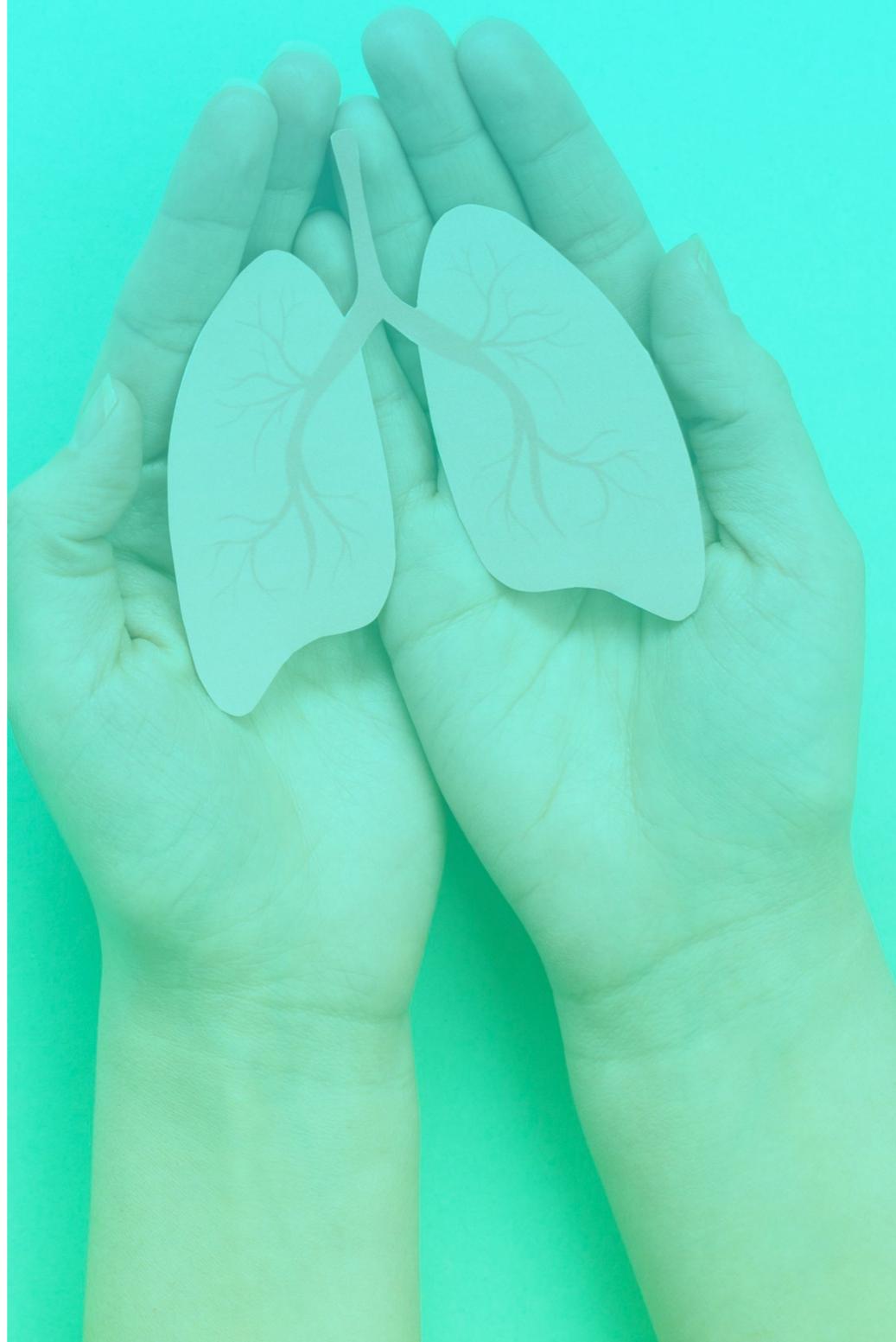
A nova lei, oriunda da matéria de nº 602/2023, de autoria de Thiago Abrahim (União Brasil), altera a estadual nº 5.152, que já beneficia doadores de sangue.

“O Brasil é o segundo país do planeta que mais realiza transplante de órgãos. Essa lei, além de beneficiar esses novos doadores, também traz essa conscientização, que é tão importante para salvar vidas”, disse Abrahim.

Para ter o benefício à meia-entrada, os doadores de sangue deverão estar registrados na Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam) e nos bancos de sangue do estado, identificados por documento oficial, expedido por essas entidades.

A nova lei estabelece que os demais doadores eletivos sejam identificados por documento oficial com foto expedido pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (Seas).

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2021, foram feitos, aproximadamente, 23,5 mil procedimentos. Desse total, 4,8 mil foram transplantes de rim, 2 mil de fígado, 334 de coração e 84 de pulmão, entre outros. O país tem mais de 600 hospitais de transplantes autorizados.





THIAGO ABRAHIM É O NOVO SECRETÁRIO DE JUVENTUDE DO PARLAMENTO AMAZÔNICO

O deputado estadual Thiago Abraham (União Brasil) tomou posse como Secretário de Juventude do Parlamento Amazônico no dia 29 de fevereiro. A cerimônia foi realizada na Assembleia Legislativa de Rondônia, em Porto Velho.

“Fico feliz em poder representar os jovens como secretário de Juventude do Parlamento Amazônico. Durante as discussões, trouxe algumas pautas como a questão da reserva de vagas nas universidades públicas para ingresso dos estudantes da Região Norte. Esses estudantes enfrentam dificuldades logísticas e territoriais para acesso à internet, à educação de qualidade e, acabam não conseguindo acesso aos cursos superiores”, disse Abraham.

Outra pauta abordada pelo parlamentar foi a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes na Ilha de Marajó, Pará, que vem sendo noticiada com frequência nos meios de comunicação.

“Isso é preocupante, pois acontece não só na Região Amazônica, mas em todo o Brasil. Precisamos fortalecer políticas públicas para manter nossos jovens da Amazônia longe da criminalidade, das drogas e da prostituição. Estamos aqui para encontrar soluções para os problemas que a região Amazônica enfrenta todos os dias”, enfatizou.

De acordo com o deputado do União Brasil, é necessária a implementação de projetos eficazes que beneficiem, de fato, a juventude.

“Debateremos temas específicos relacionados à juventude e promoveremos a aproximação da política com o público jovem. Por meio da participação ativa dos parlamentares que atuam com esta bandeira, buscaremos aprimorar o conhecimento, capacitar o parlamento juvenil e incentivar a inserção de jovens na política brasileira, por meio da elaboração de projetos de lei embasados em estudos e pesquisas”.

Compõem o Parlamento Amazônico os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e Mato Grosso.





DEPUTADO THIAGO ABRAHIM PARTICIPA DA REINAUGURAÇÃO DE UBS EM ITACOATIARA

O deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil) participou da reinauguração da Unidade Básica de Saúde Maria da Paz Rocha Litaiff, em Itacoatiara, no dia 12 de março. A unidade é referência no município.

“Tive a enorme satisfação de participar da reinauguração da Unidade Básica de Saúde Maria da Paz Rocha Litaiff, a maior de Itacoatiara. A UBS, localizada no Centro do município, oferece serviços médicos, odontológicos, de enfermagem, aplicação de vacinas, e é referência em assistência às comunidades ribeirinhas. Parabéns ao prefeito Mário Abrahim pelo empenho e dedicação à Saúde de Itacoatiara. Vamos juntos por um Amazonas mais forte!”, disse Abrahim.



ABRAHIM QUER IMPLANTAR FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAZONAS

O deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil) apresentou o projeto de lei nº 42/2024, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar no Amazonas. A matéria foi protocolada na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) no dia 6 de fevereiro.

“O Fundo visa fortalecer a agricultura familiar através do suporte financeiro no setor, seja por meio de empréstimos ou de financiamentos. É importante buscarmos essas alternativas para que o agricultor possa trabalhar com dignidade. O projeto de lei também promove a realização de ações fundiárias complementares, como o desenvolvimento rural sustentável”, explicou Abrahim.

A matéria objetiva contribuir para acelerar e racionalizar as ações no âmbito da agricultura, da ação fundiária, da pecuária, da aquicultura e pesca, da agroindústria e outras atividades rurais não agrícolas.

“Precisamos investir em uma agricultura familiar pautada pela agroecologia, pela convivência criativa e por uma socioeconomia solidária. É necessário contarmos com a ajuda da inovação tecnológica, incentivo à realização de feiras, exposições, etc. Precisamos gerar emprego e renda”, destacou o autor da propositura.

O deputado do União Brasil propõe, além da concessão de empréstimos e financiamentos, outras alternativas de assistência financeira à agricultura familiar.

Prestação de garantias; subsídios de encargos financeiros, tarifas de água, de energia; regularização fundiária; obtenção de imóveis rurais; aquisição e uso de máquinas e equipamentos para práticas agrícolas sustentáveis; intercâmbio de experiência de desenvolvimento agroecológico; prestação de assistência técnica e extensão rural são algumas das alternativas propostas.



De acordo com o projeto de lei, as receitas do Fundo Estadual poderão ser compostas por crédito no orçamento do Estado do Amazonas e adicionais, doações e contribuições de entidades internacionais, governamentais e privadas. Além de operações de crédito que forem constituídas em benefício, tendo o Estado do Amazonas como mutuário; retorno das aplicações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos, entre outros.



THIAGO ABRAHIM APRESENTA PROJETO LEI PARA COMBATER MORTALIDADE MATERNA E NEONATAL NO AMAZONAS

Tramita na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) o projeto de lei nº 1.040/2023, de autoria do deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil), que institui a Política de Maternidade Segura e prevê a promoção da redução da mortalidade materna e neonatal no Estado.

“Esse projeto lei fomentará a implementação de novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos vinte e quatro meses. Precisamos buscar mecanismos para combater a mortalidade da mãe e da criança e ter esse acompanhamento é fundamental para este resultado”, disse Abrahim.

Fomentar políticas para o parto humanizado e organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil também faz parte do modelo proposto por Thiago Abrahim.

“Nossa proposta adequa assistência qualificada ao parto e puerpério, além do combate às mortes maternas, infantis, perinatais e neonatais no que se refere à legislação, com busca ativa, cadastramento e

atendimento domiciliar de gestantes, para o devido acompanhamento do pré-natal”, explicou Abrahim.

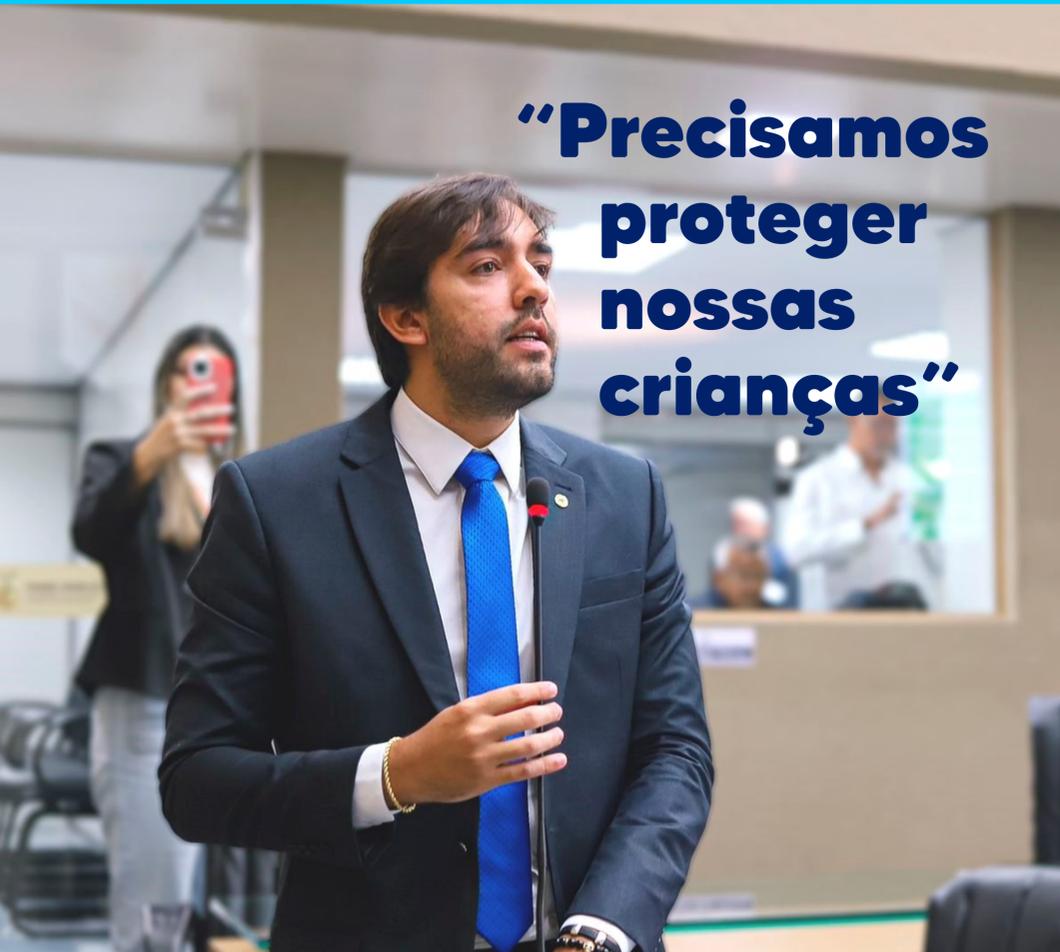
De acordo com dados apresentados pelo Ministério da Saúde, por meio da Razão de Mortalidade Materna (RMM), um dos principais indicadores de qualidade de atenção à saúde das mulheres no período reprodutivo, no Brasil, o número de óbitos é de 59,1 cada 100 mil nascidos vivos.

“Nossa proposta visa garantir uma assistência qualificada durante o parto e puerpério, além de combater as mortes maternas, infantis, perinatais e neonatais. Para isso, realizaremos busca ativa, cadastramento e atendimento domiciliar de gestantes, assegurando um acompanhamento pré-natal adequado”, concluiu.

Ainda de acordo com dados do Ministério da Saúde, através do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 67% dos óbitos maternos foram provenientes de causas obstétricas diretas: hipertensão (8.186 óbitos), hemorragia (5.160 óbitos), infecção puerperal (2.624 óbitos) e aborto (1.896 óbitos).

LEI QUE PUNE EMPRESAS POR PRÁTICA DE TRABALHO INFANTIL É SANCIONADA

“Precisamos proteger nossas crianças”



“Agora com a lei esta prática será combatida”, disse Abrahim.

De acordo com a proposta, além da cassação da inscrição da empresa e dos sócios que fizerem uso do trabalho infantil, haverá o impedimento de exercerem o mesmo ramo da atividade e da abertura de uma nova empresa.

“As restrições perdurarão pelo prazo de cinco anos, a partir da data de cassação da inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes do ICMS. O nosso papel é garantir que nossas crianças e adolescentes estejam na escola e não expostas a trabalhos clandestinos”, pontuou.

A Lei nº 6.649 que visa combater o trabalho infantil no Amazonas, de autoria do deputado estadual Thiago Abrahim (União Brasil), foi sancionada. A nova lei estabelece a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes de empresas sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) que utilizem essa prática.

“As empresas que se beneficiam do trabalho infantil precisam ser punidas com o rigor da lei. A prática no Brasil é caracterizada por crianças e adolescentes menores de 16 anos, seja ele remunerado ou não. As atividades mais comuns são o trabalho doméstico, agricultura, construção civil, lixões e tráfico de drogas.

Segundo dados do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (Fepeti) no Amazonas, aproximadamente 56 mil crianças e adolescentes viveram sob condições de trabalho infantil, sobretudo, de serviço doméstico, entre o período de 2017 a 2021.



LEI DE THIAGO ABRAHIM QUE DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE JOVENS EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO ESTÁ EM VIGOR

A lei nº 6.652, que trata sobre medidas para estimular o Protagonismo Juvenil no Amazonas, foi sancionada. A matéria é oriunda do projeto de lei nº 579/2023, de autoria do deputado Thiago Abraham, e dispõe sobre a promoção de palestras, cursos, conferências, seminários, eventos, ações, apresentações, oficinas, atividades e celebração de parcerias.

“Essa lei tem como principal objetivo fomentar a participação social e política dos jovens, preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho e no empreendedorismo. As ações poderão ser desenvolvidas pelo poder público nos mais diversos âmbitos da vida comunitária, em locais de celebração religiosa, clubes e associações, mas, especialmente, deverão ser desenvolvidas no lugar natural de formação dos jovens, ou seja, em nossas escolas públicas e particulares”, explicou Abraham.

A matéria também busca contribuir com o estudo, debate e formulação de propostas e políticas públicas voltadas ao público jovem, assim como fortalecer e priorizar as ações e atenções relacionadas à juventude.

“É necessário o debate e a reflexão sobre saúde mental, carreira profissional, prevenção às doenças e infecções sexualmente transmissíveis, diversidade e igualdade, educação ambiental, proteção de dados e segurança nas redes sociais. A formação deve ser pensada numa dimensão coletiva, comunitária e participativa, levando em consideração trajetórias pessoais e projetos de vida, uma vez que são enormes os desafios na educação do jovem”





SIGA-ME NAS REDES SOCIAIS

 @ThiagoAbrahamAm  JTAbraham  @thiagoabraham

EXPEDIENTE

JORNALISMO

Luana Dávila

FOTOGRAFIA

Jhonatan Darth

SOCIAL MEDIA

Felipe Brandão / Emily Figueira

DESIGN GRÁFICO

Ruan Lucas